



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Rua Profa. Maria Flora Pausewang, s/nº - Bairro Trindade
Florianópolis-SC, CEP 88036-800
- <http://hu-ufsc.ebserh.gov.br>

Ata de Registro de Preços - SEI nº 0281/2021

Processo nº 23820.000407/2021-11

Pregão Eletrônico nº 073/2021 - Processo nº 23820.000407/2021-11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0281/2021

Validade: 14 de MAIO de 2021 a 14 de MAIO de 2022

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH - FILIAL HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (HU-UFSC), empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.126.437/0034-01, com endereço rua Professora Maria Flora Pausewang, s/n, Bairro: Trindade - Florianópolis/SC. CEP 88036-800, neste ato representada por sua Superintendente, Sra. **Joanita Angela Gonzaga Del Moral**, brasileira, casada, médica, portadora do RG nº. 12.47.428 SSP/SC e do CPF nº 671.939.519-04, nomeada pela Portaria 31, de 18/02/2021 e por seu Gerente Administrativo Sr. **Paulo Peixoto Portella**, brasileiro, casado, técnico em assuntos educacionais, portador do RG nº 18.90.579 SSI/SC e do CPF nº 449.357.579-49, nomeado pela Portaria 1640 de 16/12/2016, ambos no uso das atribuições conferidas pelo artigo 58, inciso IV, do Estatuto Social / artigo 20 da Portaria-SEI nº 08, de 09 de janeiro de 2019, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **pregão**, na forma **eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 073/2021, publicada no D.O.U em 13 de maio de 2021, processo administrativo nº 23820.000407/2021-11, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **MATERIAL FARMACOLÓGICO do grupo Medicamentos Antimicrobiano**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão nº **0073/2021**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. **PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa: **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, sediada na(o) Estrada Boa Esperança n.º 2320, Bairro: Fundo Canoas, Município de Rio do Sul, Estado de(o) Santa Catarina, CEP 89163-554, telefone: (47)3520-9000, representada legalmente pelo(a) Sr(a) **Maicon Cordova Pereira**; brasileiro; divorciado; CPF: 015.886.939-70; RG: 3242195 SESP/SC.

RELAÇÃO DOS ITENS

Item do TR n.º - Descrição - Marca - Quantidade - Unidade - Preço Unitário (R\$) - Preço Total (R\$) / Total Geral (R\$)

Item 3 ACICLOVIR CREME TÓPICO (código: 1783) CREME TÓPICO A 5 % BISNAGA DE 10g.

Marca: PRATI DONADUZZI

80 bg(s) - 2,56 (p. unitário) = 204,80 (p. total)

Item 4 AMICACINA SULFATO AMP 2mL 250mg/mL (código: 43) SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 mg/ mL. SULFATO DE AMICACINA AMPOLA DE 2 mL.INTRAMUSCULAR;INTRAVENOSO.

Marca: TEUTO

1200 amp(s) - 2,23 (p. unitário) = 2.676,00 (p. total)

Item 10 AMOXICILINA CÁP 500mg (código: 1996) CÁPSULA DE 500 mg. VIA ORAL

Marca: TEUTO

735 cáp(s) - 0,27 (p. unitário) = 198,45 (p. total)

Item 19 AZITROMICINA SUSP ORAL 40mg/mL (código: 166383) PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL DE 40 mg/mL. FRASCO de 600mg.

Marca: PRATI DONADUZZI

60 FR(s) - 9,56 (p. unitário) = 573,60 (p. total)

Item 22 NEOMICINA SULFATO + BACITRACINA POMADA (código: 1899) POMADA TÓPICA DE 5 mg/g + 250 UI/g. SULFATO DE NEOMICINA + BACITRACINA BISNAGA MÍNIMO 10 g.

Marca: PRATI DONADUZZI

600 bg(s) - 2,33 (p. unitário) = 1.398,00 (p. total)

Item 27 BENZILPENICILINA POTÁSSICA 100.000UI + BENZILPENICILINA PROCAÍNA 300.000UI (código: 1554) PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL 100.000UI +300.000UI FRASCO AMPOLA. INTRAMUSCULAR.

Marca: BLAU

200 f/a(s) - 4,56 (p. unitário) = 912,00 (p. total)

Item 28 CEFALEXINA SUSP ORAL (código: 1112) PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL DE 50 mg/ mL FRASCO DE 60 mL.

Marca: TEUTO

80 FR(s) - 6,66 (p. unitário) = 532,80 (p. total)

Item 40 CIPROFLOXACINO CLOR.3,5mg/g + DEXAMETASONA 1mg/g SOL OFTÁLMICA (código: 163813) SOLUÇÃO OFTÁLMICA CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA + DEXAMETAZONA FRASCO CONTA GOTAS DE 5 mL.

Marca: GEOLAB

14 FR(s) - 12,68 (p. unitário) = 177,52 (p. total)

Item 42 CIPROFLOXACINA CLORIDRATO COMP 500mg (código: 647) COMPRIMIDO 500 mg. VIA ORAL CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA

Marca: PRATI DONADUZZI

2000 cp(s) - 0,24 (p. unitário) = 480,00 (p. total)

Item 64 GENTAMICINA SULFATO AMP 40mg (código: 177764) SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 40 mg. SULFATO DE GENTAMICINA AMPOLA DE 1 mL.INTRAMUSCULAR; INTRAVENOSA; SUBCONJUNTIVAL; SUBCAPSULAR; NEBULIZAÇÃO; INSTILAÇÃO; ENDOTRAQUEAL DIRETA.

Marca: SANTISA

200 amp(s) - 1,14 (p. unitário) = 228,00 (p. total)

Item 70 METRONIDAZOL GEL VAGINAL (código: 1694) GEL VAGINAL 100mg/g. BISNAGA DE 50g, COM APLICADOR.

Marca: PRATI DONADUZZI

24 bg(s) - 5,75 (p. unitário) = 138,00 (p. total)

Item 71 METRONIDAZOL COMP 250mg (código: 1791) COMPRIMIDO 250 mg. VIA ORAL.

Marca: PRATI DONADUZZI

6000 cp(s) - 0,16 (p. unitário) = 960,00 (p. total)

Item 72 METRONIDAZOL SUSP ORAL (código: 1821) SUSPENSAO ORAL A 4 % FRASCO COM NO MÍNIMO 80 mL.VIA ORAL.

Marca: BELFAR

36 FR(s) - 7,14 (p. unitário) = 257,04 (p. total)

Item 87 RIFAMICINA SV SÓDICA (código: 1074) SOLUÇÃO TÓPICA 10 mg/mL FRASCO SPRAY DE 20 mL.

Marca: NATULAB

60 FR(s) - 4,87 (p. unitário) = 292,20 (p. total)

3. **ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. Não houve a participação de outros órgãos e entidades públicas no presente procedimento licitatório.

4. **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016 que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e no Decreto nº 7.892/2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. **VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, não podendo ser prorrogada.

6. **REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 120 (cento e vinte) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. **PENALIDADES**

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. **CONDIÇÕES GERAIS**

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, nos termos do art. 12, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art.

11, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

8.5. Contato da Unidade de Contratos do HU/UFSC, TELEFONE: 48 - 3721 8270 ou 8268 - E-MAIL : uctconsumo.huufsc@ebserh.gov.br

8.6. É eleito o Foro da Justiça Federal, *Subseção* Judiciária de de Florianópolis/SC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata que não possam ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Florianópolis/SC, 14 de maio de 2021.

(assinado eletronicamente)

FORNECEDOR

MAICON CORDOVA PEREIRA

Representante Legal da Empresa

(assinado eletronicamente)

PAULO PEIXOTO PORTELLA

Gerente Administrativo - Ebserh

Membro do Colegiado Executivo

(assinado eletronicamente)

JOANITA ANGELA GONZAGA DEL MORAL

Superintendente - Ebserh



Documento assinado eletronicamente por **Maicon Cordova Pereira, Usuário Externo**, em 19/05/2021, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Peixoto Portella, Gerente**, em 19/05/2021, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joanita Angela Gonzaga Del Moral, Superintendente**, em 19/05/2021, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13597538** e o código CRC **A3811C17**.

Referência: Processo nº 23820.000407/2021-11 SEI nº 13597538